

Investigação da Polícia Militar aponta que esquema de liberação de multas dentro da corporação não era restrito a piratas e motoristas de vans. Comando da PM só comentará o assunto ao final da apuração

Carros particulares beneficiados

MARCELO ROCHA E
RENATO ALVES

DA EQUIPE DO CORREIO

Os donos de vans do transporte alternativo não foram os únicos a se beneficiar do suposto esquema de desvios de multas de trânsito na Companhia de Polícia Militar Rodoviária (CPRv). Investigação interna da PM levanta suspeitas também de que proprietários de carros particulares tiveram infrações canceladas depois de emitidas por PMs daquela unidade. O sumiço ocorria a pedido de oficiais, segundo o relatório do Serviço de Inteligência da instituição, ao qual o Correio teve acesso.

A irregularidade foi denunciada ao Serviço de Inteligência da Polícia Militar por um soldado que, à época, trabalhava na própria CPRv. O policial estranhou o fato de que infrações emitidas por ele, em setembro do ano passado, não teriam chegado à área responsável pelo cadastramento dessas multas no sistema da companhia, sem o qual é impossível emitir a cobrança. Ao buscar um novo talão, um responsável pelo setor cobrou dele os papéis que não haviam chegado.

Os encarregados de investigar supostos desvios de multas nos postos da BR-450, no caminho de Sobradinho, procuraram o soldado. Depois de ouvi-lo e reunir alguns documentos, os investigadores concluíram que três multas aplicadas ao motorista de uma Saveiro foram canceladas e que isso teria ocorrido a pedido de um tenente e de um aspirante a oficial lotados na CPRv. "Fato este que aponta também para outra forma de desvio", salientam, num dos relatórios da apuração determinada pelo comando da companhia. Até então, tinha-se notícia apenas de possíveis desvios de multas em

Daniel Ferreira/CB/12.5.05



OS INVESTIGADORES DA PM CONCLUÍRAM QUE MULTAS APLICADAS NO POSTO DA BR-450 FORAM CANCELADAS ANTES DE SEREM LANÇADAS NO SISTEMA DE COBRANÇA

benefício de donos de vans.

No mesmo dia em que aplicou multas em carros particulares, o mesmo soldado flagrou vans que transgrediam regras de trânsito, mas os autos de infração também não chegaram à sede da CPRv. Ele narrou aos investigadores do Serviço de Inteligência que colocou todos os formulários preenchidos numa urna do posto de fiscalização antes de serem encaminhados para cadastro, mas não soube relatar o que teria ocorrido aos documentos depois disso. "Os autos emitidos por ele nem sequer constavam no proto-

colo de remessa", acrescenta o relatório da própria da PM.

Denúncias de corrupção

Procurado ontem, o comandante da PM, coronel Renato Azevedo, não se manifestou sobre o assunto. Por meio da setor de Comunicação Social, ele informou, mais uma vez, que todas as denúncias que chegaram ao conhecimento do comando estão sendo apuradas, mas que somente ao final do processo poderá se pronunciar. Além de prematuro, o que poderia prejudicar o trabalho de investigação,

ele estaria impedido, por força de lei, a tecer comentários.

A Polícia Militar investiga denúncias de corrupção contra servidores lotados na CPRv desde 2003 (leia Entenda o caso). Naquele ano, foram afastados 26 PMs da unidade, todos acusados de receber propinas para não multar nem apreender veículos transportando passageiros sem licença, ou de ter seus próprios ônibus ou vans piratas. A transferência dos suspeitos para unidades sem poder de fiscalizar trânsito não afastou novas denúncias de conduta irregular por parte de

policiais na companhia.

Conforme mostrou o Correio, nas edições de quinta-feira e sexta da semana passada, chegaram ao conhecimento do comando da CPRv informações do desvio de multas para beneficiar donos de vans do transporte alternativo. Os permissionários seriam liberados das infrações. Os documentos sumiam nos postos de fiscalização em sete rodovias espalhadas pelo DF ou no encaminhamento desses papéis até a sede da unidade, onde todos são processados. As acusações atingem praças e oficiais.

ENTENDA O CASO

Policiais transferidos

❖ O comando da Polícia Militar determinou, em 2003, a transferência de 26 PMs da Companhia de Polícia Rodoviária (CPRv) por suspeita de recebimento de propinas para não multar nem apreender vans do transporte alternativo e piratas. Eles também eram acusados de operar no sistema, como atividade paralela à de policial. Os PMs foram transferidos para unidades sem poder de fiscalizar o trânsito.

❖ Investigação interna da PM, iniciada em 2004 e ainda não concluída, mostrou que o problema na CPRv persistiu. Foram encontrados indícios de desvio de multas de trânsito aplicadas pelos policiais daquela unidade. A conduta, que beneficiaria donos das vans alternativas flagrados no posto de fiscalização da BR-450 (Sobradinho), impedia o cadastramento e cobrança das infrações.

❖ Durante a investigação, descobriu-se que o suposto desvio de multas não se restringia ao posto de fiscalização da BR-450. Há suspeita de que PMs lotados em barreiras de outras seis rodovias distritais agiam assim. Além de dar sumiço nas infrações contra donos de vans do transporte alternativo, os suspeitos também beneficiavam proprietários de carros particulares.

❖ Na 13ª DP (Sobradinho) foi aberto inquérito para apurar denúncias de fraudes no transporte coletivo. Três fiscais do DFTrans foram indiciados por formação de quadrilha, corrupção e peculato. Eles são acusados de fazer cobranças indevidas de impostos que deveriam ser pagos pelos donos das vans para poder circular. No mesmo inquérito há denúncias contra permissionários e também PMs.